



FUNDAÇÃO FLORESTAL



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2026

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Advogado

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '19', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O desenvolvimento sustentável une a proteção da natureza e o bem-estar das pessoas para garantir um futuro para todos.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 50 questões numeradas de 1 a 50 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

*Eu vou andando pelo mundo como posso
E me refaço em cada passo dado
Eu faço o que devo, e acho
Não me encaixo em nada
Não me encaixo, em nada*

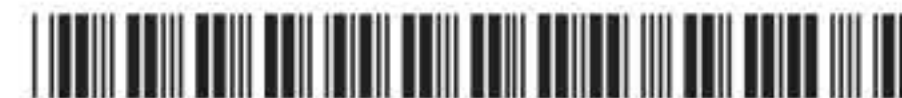
*Presto atenção nas dores
E choro canções
Da boca da noite
Ao mais tardar das horas
Pensamento meu viaja
Até o amanhecer*

*Quem é que vai ser acalanto agora?
Agora?
Agora, que eu não sinto nada mais
E nada faz sentido*

*Vou fingindo que não presta
Eu não presto
E quero fazer festa no teu corpo
Lento
Deixa*

(LUNA, Luedji. **Acalanto**. 2017)

1. Na reescrita de *Presto atenção nas dores*, a forma adequada é: Presto atenção
(A) às dores.
(B) há dores.
(C) á dores.
(D) as dores.
(E) à dores.
2. A reescrita que preserva com maior precisão o sentido de *Agora, que eu não sinto nada mais / E nada faz sentido* é:
(A) Neste instante, sem qualquer abalo, perco apenas o rumo.
(B) Agora mesmo, embora vazio, algum nexo ainda se sustenta.
(C) No presente, sem reconhecer emoção, a vida parece explicada.
(D) Nesta hora, com afetos contidos, o mundo perde nitidez.
(E) Neste momento, sem sentir coisa alguma, tudo perde sentido.
3. Na progressão dos versos, a voz lírica é construída por uma tensão entre
(A) celebração, plenitude e confiança amorosa.
(B) testemunho, reflexão e observação externa.
(C) memória, repouso e pertencimento social.
(D) errância, recomposição e inadequação afetiva.
(E) emoção, equilíbrio e registro objetivo.
4. Em *me refaço* e *me encaixo*, o pronome átono contribui para
(A) substituir termo espacial antecedente.
(B) introduzir explicação em forma de aposto.
(C) marcar processo centrado no próprio sujeito.
(D) indicar posse de elemento externo ao eu.
(E) retomar interlocutor referido antes.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 8, baseie-se no texto abaixo.

A voz do chão

Eu os conheço a todos. Reconheço-os pelas pisadas e por elas sei de seus humores, de seus sentimentos, de suas urgências, preguiças, de seu contentamento ou aflição. Sei de sua grandeza e mesquinhez. Leio seus passos quando apenas roçam minhas lajes em corridas alegres de pés pequenos ou quando me oprimem com o peso de vidas inteiras. Foi seu tropel incessante que me despertou do meu sono de pedra. Só eu os conheço a todos porque só eu estou sempre neles como eles estão em mim. Eles me criaram e agora eu os crio. Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei. Não os posso fazer como eu os quisera, sempre formosos, felizes, generosos e livres, mas como mãe os crio, tais quais me vieram, acolho-os. Sou seu chão. Vejo tudo e não os julgo, sei apenas que são humanos e me comovem. Pela linguagem de seus pés, vou desenleando suas histórias uma a uma. Vivem eles mesmos, a vida toda, a narrar, narrar-se, passado, presente e futuro. Meus ouvidos de terra, pedra e cal ouvem, aprendo. Creio ter compreendido que nisto consiste poderem ser narrados, cada um deles, como uma história.

(Adaptado de: REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. 2016)

5. A expressão *linguagem de seus pés* produz sentido conotativo porque
- (A) descreve ruídos por critérios técnicos de acústica.
 - (B) substitui a narração por registro médico do corpo.
 - (C) identifica o chão como parte do corpo humano.
 - (D) converte pisadas em sinais capazes de narrar histórias.
 - (E) reduz os passos a movimentos corporais neutros.
-
6. No período *Quero-os como são porque quando eles deixarem de ser, tampouco eu serei*, os conectivos *como*, *porque* e *quando* articulam
- (A) condição, alternância simples e restrição adjetiva.
 - (B) consequência, proporção e adição coordenada.
 - (C) conformidade, explicação causal e projeção temporal.
 - (D) concessão, conclusão e enumeração nominal.
 - (E) oposição, finalidade e retificação.
-
7. Considerando a correlação entre *A voz do chão* e o desenvolvimento do texto, o título
- (A) sugere um paradoxo, embora o texto mantenha o chão como cenário neutro das ações humanas.
 - (B) atribui ao chão a condição de sujeito narrador, que escuta, interpreta e recompõe as histórias humanas a partir dos passos.
 - (C) indica uma memória material do espaço, sem relação afetiva entre o chão e os sujeitos observados.
 - (D) anuncia uma voz coletiva dos passantes, que relatam diretamente suas experiências ao longo das lajes.
 - (E) destaca a sonoridade dos deslocamentos, restringindo o chão à função de suporte físico dos passos.
-
8. Na construção *mas como mãe os crio*, a comparação contribui para
- (A) transformar os humanos em filhos disciplinados.
 - (B) associar o chão a uma forma de cuidado sem idealização.
 - (C) substituir a cidade por uma família harmoniosa.
 - (D) reduzir o chão a cenário físico sem função afetiva.
 - (E) marcar inferioridade moral diante dos passantes.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, baseie-se no texto abaixo.

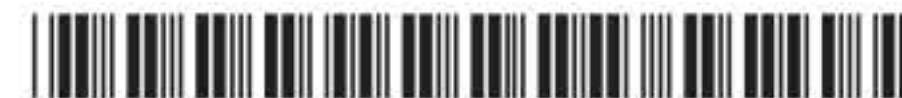
A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas. De vez em quando alinham e entendem-se, mas a maior parte das vezes cada uma anda para seu lado. Tendemos, individualmente e como sociedade, a enganar-nos e a iludir-nos. Apesar das evidências nos contrariarem, insistimos em estar errados sobre muita coisa. A forma como percebemos o mundo é, muitas vezes, bastante distante do que mostram os fatos, os números, os estudos e os especialistas. Isso tem impactos enormes nas nossas vidas pessoais e também na vida coletiva. Como mamíferos, estamos desenhados com um lobo pré-frontal, o “diretor-executivo” da mente, pequeno, enquanto a glândula que segrega a adrenalina, o nosso sistema de alarme, é bastante grande. Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de “luta ou fuga”. Hoje continuam a ajudar-nos, claro, mas também nos causam problemas. Alimentam um sistema gerador de ilusões. O investigador social Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado “Os Perigos da Percepção”. Nele descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais, mas o modo como pensamos está toldado por muitos atalhos mentais errôneos. Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro. Mas podemos, pelo menos, saber como ele funciona para não nos deixarmos enganar ou manipular tão facilmente. Seja nas redes sociais ou por pessoas à nossa volta.

(Adaptado de: ANJOS, Mafalda. Seis vieses que alimentam percepções erradas. **Folha de São Paulo**, 21 de junho de 2026)

9. Considerando as formas de incorporação de vozes no texto, identifica-se discurso indireto em:
- (A) A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas, ainda que por vezes se alinham.
 - (B) O investigador descreve que somos receptores do que nos dizem os meios de comunicação social e as redes sociais.
 - (C) Não conseguimos mudar o desenho do nosso cérebro, mas podemos compreender seu funcionamento.
 - (D) Bobby Duffy trabalhou sobre este tema num magnífico livro chamado “Os Perigos da Percepção”.
 - (E) Os mecanismos de defesa primitivos foram vitais durante milênios para a reação de “luta ou fuga”.
-
10. A metáfora presente em *A verdade e a percepção foram sempre irmãs desavindas* sugere, a respeito dessas duas noções, que elas
- (A) mantêm proximidade conceitual, embora frequentemente entrem em desacordo.
 - (B) dependem da vontade individual para se ajustarem de modo estável.
 - (C) coincidem quando fatos, números, estudos e especialistas são apresentados.
 - (D) ocupam campos independentes, sem relação direta com a experiência humana.
 - (E) anulam-se mutuamente na formação dos juízos individuais e coletivos.
-
11. O texto se organiza em torno da ideia de que:
- (A) conviver com outras pessoas elimina a autonomia individual.
 - (B) compreender as pessoas substitui o estudo do funcionamento mental.
 - (C) evitar redes sociais basta para impedir formas de engano.
 - (D) alterar a estrutura cerebral permite controlar influências externas.
 - (E) conhecer mecanismos cognitivos pode reduzir formas de manipulação.
-
12. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) O debate, a persuasão e o convencimento faz parte da vida pública.
 - (B) Não se tratam apenas de opiniões divergentes, mas de estratégias persuasivas.
 - (C) A exposição constante às redes sociais favorecem julgamentos apressados.
 - (D) Conhecer os próprios vieses ajuda a reduzir formas de manipulação.
 - (E) Devem existir, em cada escolha cotidiana, algum tipo de influência externa.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. Para realizar a manutenção preventiva na rede elétrica de um condomínio, uma equipe composta por 6 eletricitas, todos com a mesma produtividade, leva exatamente 10 horas de trabalho. Se o condomínio contratasse mais 2 eletricitas, com essa mesma produtividade, para ajudar na execução desde o início, o tempo total para concluir a mesma manutenção seria reduzido em
- (A) 7 horas e 30 minutos.
 - (B) 4 horas e 30 minutos.
 - (C) 2 horas e 30 minutos.
 - (D) 3 horas e 00 minutos.
 - (E) 8 horas e 00 minutos.
-
14. Uma loja de roupas comprou um lote de casacos diretamente da fábrica por um custo unitário de R\$ 120,00. Para cobrir impostos e custos operacionais, o gerente aumentou o preço de custo em 40%, gerando o preço de etiqueta. Durante uma liquidação de inverno, o gerente decidiu anunciar esses casacos com um desconto de 10% sobre o preço de etiqueta. Mesmo com o desconto aplicado, o lucro bruto real obtido pela loja na venda de cada casaco é, em R\$, de
- (A) 48,00.
 - (B) 51,20.
 - (C) 43,20.
 - (D) 36,00.
 - (E) 31,20.



15. Um alvo possui apenas as pontuações 5 e 7. Podendo lançar quantas flechas quiser, a maior pontuação impossível de alcançar é
- (A) 23.
(B) 26.
(C) 29.
(D) 18.
(E) 33.
-
16. Dois candidatos, Alex e Bruno, disputam a última vaga de um concurso público. O critério de desempate será a regularidade das notas nas 4 provas realizadas. As notas de Alex foram 7, 8, 7 e 10. As notas de Bruno foram 6, 9, 8 e 9. Ambos obtiveram a mesma média aritmética (8,0).
- Para decidir quem foi mais regular, a banca calculou o desvio padrão de cada um. Sabendo que o candidato mais regular é aquele com o menor desvio padrão,
- (A) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{2,5}$.
(B) Alex venceu, pois seu desvio padrão é 1 e o de Bruno é $\sqrt{1,5}$.
(C) houve empate, pois ambos possuem a mesma variância.
(D) Bruno venceu, pois seu desvio padrão é $\sqrt{1,5}$ e o de Alex é $\sqrt{1,75}$.
(E) Bruno venceu, pois sua variância é 1,5 e a de Alex é 2,0.
-
17. Um produtor rural colheu um lote de 1.000 kg de grãos de soja fresca. No momento da colheita, o lote apresentava um teor de umidade equivalente a 99% do seu peso total. Após passar alguns dias secando ao sol, em um galpão, parte da água evaporou, e o teor de umidade caiu para 98% do peso total do lote. Considerando que a massa de matéria seca (soja pura, sem água) permaneceu inalterada, o peso total final do lote após a secagem passou a ser, em kg, de
- (A) 500.
(B) 990.
(C) 490.
(D) 980.
(E) 750.
-
18. Em uma fábrica de calçados, o custo de produção de um lote de sapatos é diretamente proporcional ao quadrado do número de artesãos trabalhando na confecção e inversamente proporcional ao número de máquinas automáticas auxiliares disponíveis. Quando operando com 4 artesãos e 2 máquinas, o custo de um lote é de R\$ 2.400,00. Se a fábrica alterar sua estrutura para 6 artesãos e 9 máquinas, o custo de produção desse mesmo lote passará a ser, em R\$, de
- (A) 3.600,00.
(B) 5.400,00.
(C) 1.600,00.
(D) 1.200,00.
(E) 2.700,00.
-
19. Um astrônomo concluiu seu bacharelado aos 19 anos e, logo em seguida, passou a décima parte de sua vida trabalhando em observatórios isolados no deserto. Depois disso, dedicou a metade de sua vida a liderar missões de exploração espacial. Seus anos de aposentadoria, que corresponderam a $\frac{1}{5}$ de sua vida, foram dedicados a escrever livros de ficção científica. Esse astrônomo viveu por
- (A) 100 anos.
(B) 95 anos.
(C) 99 anos.
(D) 90 anos.
(E) 105 anos.
-
20. Considere a sequência lógica de pares numéricos cujos primeiros termos são apresentados a seguir:
- (3, 7); (5, 11); (9, 19); (17, 35); (33, 67); ...
- Mantendo-se o mesmo padrão ou lei de formação para os termos subsequentes, a soma dos dois componentes do 7º par dessa sequência é igual a
- (A) 195.
(B) 412.
(C) 393.
(D) 231.
(E) 388.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988, para responder às questões de números 21 a 24.

21. Considere hipoteticamente que o Presidente da República do Brasil vete, em tempo hábil, determinado projeto de lei por considerá-lo, no todo, inconstitucional. Nesse caso, o Presidente da República deverá comunicar, dentro do prazo previsto, os motivos do veto ao Presidente
- (A) do Senado Federal, sendo que o veto será apreciado em sessão conjunta (Câmara dos Deputados e Senado Federal), dentro de quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
 - (B) da Câmara dos Deputados, sendo que o veto não poderá ser rejeitado, tendo em vista que se embasa na inconstitucionalidade, devendo ele arquivar imediatamente o projeto de lei.
 - (C) da Câmara dos Deputados, sendo que o veto será apreciado em sessão conjunta (Câmara dos Deputados e Senado Federal), dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (D) do Senado Federal, sendo que o veto será apreciado em sessão conjunta (Câmara dos Deputados e Senado Federal), dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (E) do Congresso Nacional, sendo que o veto não poderá ser rejeitado, tendo em vista que se embasa na inconstitucionalidade, devendo ele arquivar imediatamente o projeto de lei.
-
22. O Conselho Nacional de Justiça
- (A) não é órgão do Poder Judiciário, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública.
 - (B) tem competência para rever, mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há mais de um ano, vedada sua atuação de ofício nesses casos.
 - (C) possui, dentre seus membros, dois advogados, de reputação ilibada, indicados, ambos, pelo Senado Federal.
 - (D) compõe-se de vinte e sete membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
 - (E) é órgão do Poder Judiciário, sendo que as ações contra ele serão processadas e julgadas, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
-
23. No Brasil, Faustino e Valéria, brasileiros, exercem suas respectivas funções, ele de Ministro de Estado de Defesa e ela de Presidente da Câmara dos Deputados. Valéria possui também a nacionalidade japonesa e deseja renunciar à nacionalidade brasileira, por meio de pedido expresso de perda dessa nacionalidade perante autoridade brasileira competente. Considerando apenas as informações fornecidas,
- (A) apenas Valéria é brasileira nata, podendo ela renunciar à nacionalidade brasileira na forma desejada, o que não a impede de depois readquiri-la, nos termos da lei.
 - (B) não é possível concluir que Faustino e Valéria sejam brasileiros natos, mas a renúncia à nacionalidade brasileira é possível tanto aos brasileiros natos quanto aos naturalizados, podendo Valéria, portanto, a ela renunciar.
 - (C) Faustino e Valéria são brasileiros natos e Valéria poderá renunciar à nacionalidade brasileira na forma desejada, o que não a impede de depois readquiri-la, nos termos da lei.
 - (D) não é possível concluir que Faustino e Valéria sejam brasileiros natos, o que torna inviável a análise sobre a possibilidade de renúncia da nacionalidade brasileira por Valéria.
 - (E) Faustino e Valéria são brasileiros natos e, por tal razão, não é admitida a renúncia da nacionalidade brasileira por Valéria.
-
24. Suponha que Márcia seja Prefeita de determinado Município brasileiro e que seu marido seja eleito Presidente da República do Brasil dois anos após a eleição de Márcia a esse cargo. Suponha hipoteticamente que, aproximando-se, novamente, as eleições municipais, que acontecerão daqui a oito meses, Márcia, que está cumprindo seu primeiro mandato como Prefeita, queira se candidatar à reeleição. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, a candidatura de Márcia à reeleição
- (A) é possível, pois, apesar de exercer o mandato no território de jurisdição de seu marido, ela já é titular de mandato eletivo.
 - (B) não é possível, pois é inelegível, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Presidente da República.
 - (C) é possível, desde que ela renuncie ao seu mandato seis meses antes do pleito.
 - (D) é possível, pois o exercício de seu mandato não se dá no território de jurisdição de seu marido.
 - (E) não é possível, pois é inelegível, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, do Presidente da República.

**Direito Administrativo**

25. Interessada em obter a colaboração de organizações da sociedade civil para a execução de Programa de Educação Ambiental, a Fundação Florestal formula consulta acerca dos procedimentos adequados para deflagrar tal parceria, esclarecendo que pretende que as referidas entidades atuem em rede, de forma a facilitar a gestão da parceria. Nesse caso, à luz da legislação aplicável, para que tal parceria seja estabelecida,
- (A) deve ser constituído contrato de programa, ao qual devem aderir as organizações que desejam contribuir para o projeto, sendo que atuarão mediante coordenação da entidade-líder por elas indicada.
 - (B) deve ser publicado edital de chamamento com cláusula de atuação em rede, sendo a primeira classificada no processo competitivo definida como entidade-líder e as demais como entidades-lideradas.
 - (C) haverá necessidade de formação de um consórcio de entidades, dotado de personalidade jurídica específica, que subscreverá o ajuste.
 - (D) deve ser formado consórcio público, mediante competente protocolo de intenções, sendo o repasse de recursos realizados mediante contrato de rateio.
 - (E) uma das organizações deverá celebrar termo de colaboração e ficará por ele responsável, repassando recursos às demais entidades mediante termo de atuação em rede.
-
26. Considerando-se as características clássicas do direito de propriedade (perpetuidade, exclusividade e caráter absoluto):
- (A) a ocupação temporária não afeta a exclusividade do direito de propriedade, visto que sua natureza transitória não impede a utilização do bem pelo proprietário, em momento ulterior.
 - (B) a limitação administrativa em sentido estrito afeta o caráter absoluto do direito de propriedade, caracterizando-se sempre pela imposição de obrigação de não-fazer.
 - (C) o tombamento, por ter vocação para a permanência, afeta a característica de perpetuidade do direito de propriedade.
 - (D) a servidão, na medida em que impõe um dever de suportar, afeta a exclusividade do direito de propriedade.
 - (E) a desapropriação não implica em prejuízo da perpetuidade, visto que remanesce a possibilidade de retrocessão em caso de tredestinação ilícita.
-
27. O direito brasileiro estatui, no tocante às terras devolutas, que
- (A) as terras devolutas são, em regra, bens disponíveis; porém, a necessidade de proteção dos ecossistemas naturais afasta tal natureza.
 - (B) a identificação das terras devolutas se dá mediante processo demarcatório, que poderá ser administrativo ou judicial.
 - (C) as terras devolutas situadas nas faixas de fronteiras são bens da União absolutamente inalienáveis, em razão de sua indispensabilidade à defesa nacional.
 - (D) a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras devolutas com área superior a dois mil e quinhentos hectares dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, inclusive para fins de reforma agrária.
 - (E) a existência de título de propriedade registrado afasta a natureza devoluta do imóvel, dada a presunção absoluta de legitimidade do registro.
-
28. A propósito da alienação de bens imóveis, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estatui que:
- (A) a alienação será precedida de autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade concorrência.
 - (B) é inexigível a licitação no caso de legitimação fundiária e legitimação de posse realizadas nos termos da Lei nº 13.465/2017 (Lei de regularização fundiária rural e urbana).
 - (C) é dispensada a licitação em caso de doação para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera governamental.
 - (D) em se tratando de bens pertencentes a fundações governamentais, fica dispensada a autorização legislativa, mas deve haver licitação na modalidade leilão, ressalvadas as hipóteses de dispensa.
 - (E) é dispensada a licitação na hipótese de investidura, instituto que diz respeito à consolidação do domínio enfitêutico.
-
29. Ao longo da execução de um contrato de obra pública, a Administração contratante determina ao contratado a suspensão das atividades do contratado, em razão da ausência de recursos financeiros para pagamento da contraprestação contratual. Nesse caso, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021,
- (A) o contratado fará jus à multa de 20% do valor dos pagamentos atrasados, em caráter compensatório.
 - (B) o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
 - (C) ficam mantidas as demais obrigações do contratado, inclusive no que tange à renovação da garantia contratual que se vencer durante o período de suspensão.
 - (D) o contratado fará jus à extinção do contrato, caso a suspensão exceda o período de 2 meses, contados da ordem escrita da Administração.
 - (E) a regularização do fluxo financeiro implicará a imediata retomada da execução contratual, não sendo cabível reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Direito Civil**

30. Conforme o Código Civil, no que se refere ao Direito de Família e das Sucessões,
- (A) o testamento público pode ser lavrado por tabelião sem a presença de testemunhas, desde que o testador seja plenamente capaz e saiba ler e escrever.
 - (B) o direito de representação ocorre exclusivamente na linha colateral, não sendo admitido na sucessão de descendentes.
 - (C) no regime da comunhão parcial de bens, comunicam-se todos os bens adquiridos na constância do casamento, inclusive aqueles recebidos por herança por apenas um dos cônjuges, desde que não haja cláusula de incomunicabilidade.
 - (D) a renúncia à herança deve ser expressa, por instrumento público ou termo judicial, sendo ato irrevogável, não admitindo retratação, ainda que não tenha produzido efeitos em relação a terceiros.
 - (E) o cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da separação convencional de bens, não concorre com os descendentes do falecido na sucessão legítima.
-
31. Conforme o Código Civil Brasileiro, no que se refere às pessoas naturais, negócios jurídicos e prescrição,
- (A) os bens públicos dominicais são inalienáveis em qualquer hipótese, não se sujeitando a regime jurídico diferenciado em relação aos demais bens públicos.
 - (B) o negócio jurídico celebrado sob coação é anulável, cabendo à parte prejudicada pleitear sua invalidação no prazo legal.
 - (C) a personalidade civil da pessoa natural começa com o nascimento com vida, não protegendo a lei, em nenhuma hipótese, os direitos do nascituro.
 - (D) a incapacidade relativa impede a prática de atos da vida civil, devendo o relativamente incapaz ser necessariamente representado por seus responsáveis legais.
 - (E) a prescrição extingue o direito material do titular, impedindo o seu reconhecimento mesmo que a parte contrária não a alegue em juízo.
-
32. As sociedades empresárias Alfa e Beta celebraram contrato de compra, regido pelo Código Civil, contendo: (i) cláusula penal compensatória para inadimplemento absoluto; (ii) arras confirmatórias; (iii) cláusula resolutiva expressa; e (iv) estipulação em favor de terceiro (Gama), consistente na entrega de parte do objeto contratual.
- Antes da entrega, verificou-se que parte do bem vendido apresentava vício redibitório oculto. Beta, por sua vez, deixou de cumprir obrigação acessória relevante, enquanto Gama manifestou aceitação da estipulação no momento posterior ao inadimplemento de Alfa.
- Diante desse cenário, a
- (A) cláusula resolutiva expressa autoriza Alfa a resolver o contrato independentemente de intervenção judicial, sem prejuízo da exigência da cláusula penal, ressalvada eventual limitação decorrente das arras conforme interpretação do contrato.
 - (B) exceção do contrato não cumprido não pode ser oposta por Alfa, pois o vício redibitório constitui defeito do objeto e não inadimplemento obrigacional.
 - (C) aceitação tardia de Gama impede a resolução do contrato por Alfa, pois consolida direito adquirido do terceiro, tornando irreversível a estipulação em seu favor.
 - (D) coexistência de arras confirmatórias e de cláusula penal compensatória impede a resolução contratual, devendo o credor optar necessariamente por apenas uma das formas de reparação.
 - (E) existência de vício redibitório afasta a incidência da cláusula penal compensatória, por constituir hipótese de inadimplemento relativo, incompatível com a resolução contratual.

Direito Processual Civil

33. Em ação de cobrança, o autor apresenta petição inicial acompanhada de documentos essenciais, formulando pedido certo e determinado. O juiz, ao analisar a demanda, entende que a controvérsia é exclusivamente de direito e que já há entendimento firmado em julgamento de recurso repetitivo em sentido contrário à pretensão do autor. O réu, regularmente citado, não apresenta contestação.
- Considerando esse cenário e à luz do Código de Processo Civil,
- (A) a ausência de contestação implica revelia, produzindo, automaticamente, presunção de veracidade dos fatos alegados, inclusive em matéria exclusivamente de direito.
 - (B) ainda que o réu seja revel, o juiz não está impedido de julgar improcedente o pedido, caso verifique que a pretensão contraria entendimento firmado em precedente qualificado devidamente aplicável ao caso.
 - (C) o julgamento liminar de improcedência impede a interposição de apelação, sendo cabível agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória de mérito.
 - (D) a aplicação de precedente qualificado dispensa fundamentação específica, desde que o juiz indique o número do recurso repetitivo correspondente.
 - (E) o juiz poderá julgar improcedente liminarmente o pedido, mesmo após a citação do réu e a formação da relação processual, porque verificou a existência de entendimento firmado em recurso repetitivo contrário à pretensão do autor.



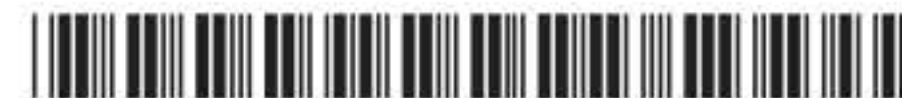
34. No que se refere ao processo de execução, à luz do Código de Processo Civil,
- (A) os embargos à execução possuem efeito suspensivo automático, independentemente de garantia do juízo, sempre que o executado alegar excesso de execução.
 - (B) a execução contra a Fazenda Pública para pagamento de quantia certa observará o regime de precatórios ou requisições de pequeno valor, conforme o montante da condenação.
 - (C) a exceção de pré-executividade somente é cabível quando já houver garantia do juízo por meio de penhora, depósito ou caução suficiente.
 - (D) na execução por quantia certa, a penhora deve recair prioritariamente sobre bens imóveis, independentemente da existência de dinheiro disponível em nome do executado.
 - (E) a responsabilidade patrimonial do devedor limita-se aos bens que possuía no momento da formação da obrigação, não alcançando bens adquiridos posteriormente.
-
35. Conforme o Código de Processo Civil e a Teoria Geral do Processo,
- (A) a preclusão temporal impede a prática do ato processual fora do prazo, mas não alcança o juiz, que pode rever decisões já proferidas a qualquer tempo no processo.
 - (B) a conexão entre ações ocorre quando há identidade de partes, causa de pedir e pedido, caracterizando repetição de ações em curso.
 - (C) a citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ainda que realizada por meio eletrônico.
 - (D) o litisconsórcio necessário decorre exclusivamente da vontade das partes, sendo facultado ao autor decidir se demandará todos os sujeitos da relação jurídica.
 - (E) a incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, em qualquer grau de jurisdição, por se tratar de matéria de ordem pública.

Direito Penal

36. No âmbito da teoria do concurso de pessoas, a responsabilização penal de um coautor ou partícipe pode ser influenciada por uma condição ou circunstância de caráter pessoal de outro concorrente. Por isso,
- (A) apenas as circunstâncias de natureza objetiva, relativas ao modo de execução do crime, podem ser compartilhadas entre os agentes, sendo as de natureza subjetiva, como o motivo do crime, sempre de caráter personalíssimo e sem qualquer efeito sobre os demais.
 - (B) uma condição de caráter pessoal de um dos agentes, como ser funcionário público, pode estender-se aos demais concorrentes para fins de tipificação penal, desde que estes conheçam tal condição e ela seja um componente essencial do crime praticado.
 - (C) para que a condição pessoal de um autor influencie a pena de um partícipe, é indispensável que este não apenas saiba da condição, mas também que tenha induzido o autor a praticar o crime, não se aplicando a regra nos casos de mero auxílio material.
 - (D) pela teoria unitária, a pena de cada concorrente deve ser rigorosamente idêntica, de modo que uma condição pessoal que agrava a pena de um, como a reincidência, automaticamente agrava a pena de todos os outros.
 - (E) as condições de caráter estritamente pessoal são sempre intrascendentes, não podendo, em nenhuma hipótese, influenciar a adequação típica da conduta de um partícipe, que responderá sempre por um tipo penal básico, sem o influxo da condição do autor principal.
-
37. Considerando-se os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, e sua aplicação doutrinária e jurisprudencial,
- (A) a falsificação de documento público (art. 297 do CP), por atentar contra a presunção de veracidade do Estado, nunca é absorvida por crime patrimonial, configurando sempre concurso de crimes, mesmo que sua aptidão lesiva se esgote no estelionato.
 - (B) a substituição de fotografia em documento de identidade verdadeiro caracteriza o crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP), pois insere declaração falsa sobre a identidade de uma pessoa, mantendo a estrutura material do documento intacta.
 - (C) o crime de falso, quando praticado como mero ato preparatório ou de execução para a prática do crime de estelionato, fica por este absorvido, desde que sua potencialidade lesiva se esgote na fraude patrimonial, aplicando-se o princípio da consunção.
 - (D) os crimes de falsidade documental e estelionato são sempre autônomos, devendo o agente responder por ambos em concurso material, independentemente de o falso ter sido o meio para a obtenção da vantagem ilícita, pois tutelam bens jurídicos distintos.
 - (E) o agente que falsifica um documento e, posteriormente, faz uso dele responde em concurso material pelos crimes de falsificação (arts. 297 ou 298 do CP) e de uso de documento falso (art. 304 do CP), pois se tratam de condutas distintas com momentos consumativos diversos.
-
38. Tendo em vista os institutos penais e processuais penais aplicados ao crime de lavagem de dinheiro, conforme a sistemática da Lei nº 9.613/1998,
- (A) o tipo penal da lavagem de dinheiro é classificado como um crime acessório, de modo que a absolvição do autor da infração penal antecedente por insuficiência de provas resulta, obrigatoriamente, na atipicidade da conduta do agente que praticou a lavagem.
 - (B) a tentativa de praticar o crime de lavagem de dinheiro é uma conduta atípica, uma vez que a lei pune apenas os atos consumados de ocultação ou dissimulação, não havendo previsão para a punição dos atos executórios que não atinjam o resultado.
 - (C) as medidas assecuratórias de apreensão ou sequestro de bens, direitos ou valores, para serem decretadas, exigem prova inequívoca da prática do crime de lavagem de dinheiro e a condenação transitada em julgado pela infração penal antecedente.
 - (D) a pena pelo crime de lavagem de dinheiro pode ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, ou mesmo substituída por restritiva de direitos, se o agente colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam, por exemplo, à localização dos bens objeto do crime.
 - (E) a colaboração premiada, prevista na referida lei, consiste em um direito subjetivo do réu que prestar informações, vinculando o juiz à concessão do perdão judicial, desde que a colaboração ocorra antes da prolação da sentença.

**Direito Ambiental**

39. Considerando os fundamentos da ecologia do fogo e sua gradual incorporação ao ordenamento jurídico ambiental brasileiro, que reconhece a complexa relação entre os incêndios florestais e a dinâmica de certos biomas,
- (A) a aplicação do fogo em vegetação, mesmo quando autorizada sob a modalidade de “queima controlada”, isenta o proprietário de qualquer responsabilidade civil por danos ambientais, caso o fogo ultrapasse os limites da propriedade, uma vez que a autorização estatal configura excludente de ilicitude.
 - (B) a ecologia do fogo aplica-se exclusivamente ao bioma Cerrado, sendo que em outros biomas, como a Amazônia e a Mata Atlântica, que não possuem adaptações naturais ao fogo, a legislação proíbe de forma absoluta o manejo integrado do fogo e a prática de queimas prescritas.
 - (C) a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (MIF) diferencia a “queima controlada”, de caráter agrossilvipastoril, da “queima prescrita”, de natureza técnico-científica, permitindo o uso do fogo como instrumento de gestão em unidades de conservação para, paradoxalmente, reduzir o risco de grandes incêndios e manejar ecossistemas adaptados ao fogo.
 - (D) o ordenamento jurídico brasileiro adota uma política de “fogo zero”, tratando o fogo invariavelmente como agente degradador, de modo que qualquer tipo de queima de vegetação, inclusive em biomas como o Cerrado, é tipificado como crime ambiental, sem exceções para manejo ecológico.
 - (E) a “queima controlada” é uma técnica de gestão ambiental utilizada exclusivamente em Unidades de Conservação para simular o regime natural de incêndios, enquanto a “queima prescrita” é permitida a qualquer proprietário rural para a limpeza de pastagens, mediante simples declaração ao órgão ambiental.
-
40. A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelece diretrizes claras para a sua implementação no ensino formal e, segundo seus dispositivos, a
- (A) educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, permeando de forma transversal todos os níveis e modalidades do ensino formal, sendo vedada, como regra geral, sua implantação como disciplina específica no currículo.
 - (B) abordagem transversal da educação ambiental é recomendada, mas a lei prioriza sua constituição como disciplina específica nos cursos de pós-graduação e, de forma obrigatória, nos cursos de formação de professores de todas as licenciaturas.
 - (C) implementação da educação ambiental como disciplina específica é permitida em qualquer nível de ensino, desde que haja corpo docente qualificado, mas é obrigatória apenas no Ensino Médio, como forma de preparar os alunos para os desafios do mercado de trabalho.
 - (D) educação ambiental deve ser obrigatoriamente implantada como uma disciplina autônoma em todos os níveis da educação básica, com carga horária mínima definida pelo Conselho Nacional de Educação, para garantir sua centralidade no currículo.
 - (E) lei faculta a cada sistema de ensino (federal, estadual e municipal) a escolha entre tratar a educação ambiental como tema transversal ou como disciplina específica na educação básica, a depender do projeto político-pedagógico de cada escola.
-
41. A gestão ambiental no Brasil é orientada por um conjunto de princípios basilares, previstos explícita ou implicitamente na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Considerando-se a aplicação e distinção dentre eles, o princípio
- (A) do desenvolvimento sustentável, por visar a conciliação entre economia e meio ambiente, prevalece hierarquicamente sobre o princípio da precaução, de modo que, em caso de conflito, a atividade econômica com potencial de gerar empregos deve ser autorizada, ainda que haja incerteza científica sobre seus danos ambientais.
 - (B) da participação comunitária se esgota na realização de audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental, não se estendendo a outros instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como a gestão de espaços territoriais especialmente protegidos.
 - (C) do poluidor-pagador possui natureza exclusivamente punitiva e reparatória, incidindo apenas após a ocorrência do dano ambiental para obrigar o agente a indenizar ou reparar o prejuízo, não possuindo dimensão preventiva.
 - (D) da precaução aplica-se em cenários de incerteza científica sobre o nexo causal entre uma atividade e um dano ambiental potencialmente grave, autorizando a adoção de medidas restritivas mesmo sem a prova cabal do risco, enquanto o princípio da prevenção incide sobre riscos já conhecidos e cientificamente comprovados.
 - (E) da prevenção é invocado diante de riscos abstratos e incertos, quando a ciência ainda não possui um veredito sobre os potenciais danos de uma nova tecnologia, ao passo que o princípio da precaução se volta para os impactos certos e mensuráveis, como a poluição atmosférica de uma indústria.
-
42. De acordo estritamente com as disposições da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) a respeito da definição das faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) no entorno dos cursos d'água naturais,
- (A) a faixa de APP para cursos d'água com largura superior a 600 metros é de 600 metros e para rios com até 10 metros de largura a faixa é de 15 metros, em ambos os casos medidos a partir do nível mais alto da cheia sazonal.
 - (B) qualquer curso d'água, independentemente de sua largura, inclusive os efêmeros, possui uma faixa de APP mínima de 30 metros, sendo que, para os cursos d'água com mais de 200 metros de largura, a faixa é fixada em 200 metros.
 - (C) em um rio com 8 metros de largura, a faixa de APP é de 30 metros, podendo essa faixa ser reduzida pela metade por ato do Chefe do Poder Executivo, caso a área seja destinada à pecuária extensiva.
 - (D) para um curso d'água com 150 metros de largura, a faixa de APP será de 50 metros em cada margem, medidos a partir do centro do leito do rio.
 - (E) para um curso d'água natural que possua entre 10 e 50 metros de largura, a faixa de APP a ser mantida em cada margem é de 50 metros, contados da borda da calha do leito regular.



43. A Lei nº 9.985/2000 (SNUC) estabelece diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) com objetivos e regimes jurídicos distintos. Comparando-se especificamente as categorias Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental (APA), suas características e regimes, é correto afirmar:
- (A) A visitação pública é permitida em ambas as categorias, mas no Parque Nacional ela é irrestrita, enquanto na APA depende de autorização prévia do órgão gestor para cada visitante, devido à presença de propriedades privadas.
 - (B) A principal diferença entre as duas categorias reside no instrumento de criação: o Parque Nacional só pode ser criado por lei em sentido estrito, enquanto a APA pode ser criada por decreto do Poder Executivo, sendo ambas de domínio público.
 - (C) A criação de um Parque Nacional exige a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites, ao passo que a criação de uma APA sobre terras privadas confere ao Poder Público a posse e o domínio da área, mantendo-se aos proprietários apenas o direito de uso para fins de subsistência.
 - (D) Tanto o Parque Nacional quanto a APA pertencem ao grupo de Uso Sustentável, mas o Parque admite apenas pesquisa científica, enquanto a APA permite atividades econômicas de baixo impacto mediante autorização.
 - (E) O Parque Nacional é uma unidade de Proteção Integral, de posse e domínio públicos, onde as áreas particulares devem ser desapropriadas, enquanto a APA, por sua vez, é uma unidade de Uso Sustentável, geralmente constituída por terras privadas, que não exige desapropriação e visa compatibilizar a atividade humana com a conservação.
44. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório (RIMA) são instrumentos essenciais da Política Nacional do Meio Ambiente. No âmbito do processo de licenciamento ambiental e a realização de Audiência Pública para debater o RIMA é um momento crucial de participação social. A respeito exclusivamente da natureza jurídica, dos requisitos e dos efeitos da Audiência Pública, conforme as resoluções do CONAMA,
- (A) a Audiência Pública só pode ser convocada após a emissão da Licença Prévia (LP), servindo como uma condição para a concessão da Licença de Instalação (LI), e sua convocação é de competência exclusiva do dirigente máximo do órgão ambiental licenciador.
 - (B) a realização da Audiência Pública é obrigatória sempre que o órgão ambiental julgar necessário ou quando for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por um número de 50 ou mais cidadãos, devendo suas conclusões, de caráter consultivo, serem devidamente ponderadas na decisão do licenciador.
 - (C) caso o RIMA seja considerado tecnicamente satisfatório e conclusivo pelo órgão ambiental, a realização de Audiência Pública torna-se facultativa, mesmo que haja solicitação expressa do Ministério Público, prevalecendo a análise técnica sobre a participação popular.
 - (D) a Audiência Pública possui caráter deliberativo, de modo que a manifestação contrária da maioria dos presentes vincula o órgão ambiental, que fica obrigado a indeferir a licença ambiental para o empreendimento.
 - (E) a solicitação de Audiência Pública pelo Ministério Público ou por um grupo de cidadãos tem o condão de suspender automaticamente o processo de licenciamento ambiental até que todas as demandas apresentadas sejam integralmente atendidas pelo empreendedor.

Direito do Trabalho

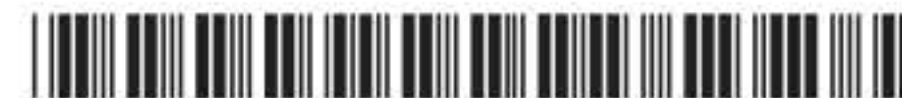
45. Joabe trabalhava há quatro anos para a Metalúrgica Ferrum S.A., no setor de pintura industrial. Em fevereiro de 2025, esse setor foi integralmente transferido à empresa Superfície Ideal Revestimentos Ltda., que assumiu o galpão, os equipamentos, parte da carteira de clientes e manteve os mesmos empregados na execução da atividade, sem interrupção dos serviços. Após a transferência, Joabe continuou trabalhando no mesmo local e exercendo as mesmas funções, mas passou a receber salários com atraso. Joabe foi dispensado em dezembro de 2025. Em reclamação trabalhista ajuizada em fevereiro de 2026, incluiu no polo passivo a Superfície Ideal, a Ferrum e também a LogisFerr Transportes Ltda., empresa que possuía um sócio em comum com a Ferrum, mas atuava apenas como transportadora contratada, sem direção comum, sem coordenação administrativa e sem integração econômica com a atividade industrial. Com base na legislação trabalhista,
- (A) a Ferrum permanece responsável solidária por todas as verbas futuras, ainda que não haja fraude, porque foi a empregadora original.
 - (B) a Superfície Ideal somente responderia se tivesse alterado expressamente todos os contratos de trabalho dos empregados transferidos.
 - (C) a existência de sócio comum entre a Ferrum e a LogisFerr é suficiente, por si só, para caracterizar grupo econômico e responsabilidade solidária.
 - (D) não há sucessão de empregadores, pois Joabe não assinou novo contrato de trabalho com a Superfície Ideal.
 - (E) a transferência da unidade produtiva, com continuidade da atividade e manutenção dos empregados, caracteriza sucessão trabalhista; já a LogisFerr não responde apenas pela existência de sócio comum.
46. Miroslávia foi contratada como analista financeira para trabalhar presencialmente em Campinas, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Após quatro anos de contrato, a empresa comunicou, sem negociação prévia, que Miroslávia passaria a trabalhar no turno noturno, das 22h às 6h, em unidade localizada em outro município, sob o argumento genérico de "reorganização interna". A mudança não veio acompanhada de comprovação de necessidade do serviço, não decorreu de extinção do estabelecimento original e gerou prejuízos relevantes à rotina familiar e ao deslocamento da empregada. Miroslávia recusou a alteração e a empresa ameaçou aplicar penalidades disciplinares. Nessa situação, a alteração
- (A) somente poderia ser questionada depois de pelo menos 90 dias de seu cumprimento.
 - (B) seria automaticamente válida se a empresa pagasse adicional noturno, pois isso eliminaria qualquer prejuízo contratual.
 - (C) é ilícita, pois o *jus variandi* encontra limites na vedação de alteração contratual unilateral prejudicial ao empregado, podendo, conforme o caso, fundamentar despedida indireta.
 - (D) é válida, pois o empregador possui poder diretivo para modificar horário, local e condições de trabalho, em qualquer situação.
 - (E) é válida desde que não haja redução nominal do salário, ainda que cause prejuízos pessoais e familiares à empregada.



47. Ruzene trabalhou por seis anos e quatro meses para uma empresa de tecnologia. Sem justa causa de nenhuma das partes, empregado e empregador decidiram encerrar o contrato por mútuo acordo, formalizando a rescisão nos termos da CLT.
- Na data da rescisão, Ruzene possuía um período de férias vencidas e um período aquisitivo de férias que estava em curso. Considerando a rescisão contratual, a empresa pretende pagar apenas metade de todas as verbas rescisórias, sob o argumento de que, por se tratar de acordo, todos os direitos são reduzidos pela metade.
- No caso de mútuo acordo,
- (A) são devidos pela metade o aviso prévio indenizado e a indenização sobre o FGTS; as demais verbas trabalhistas, como férias vencidas, férias proporcionais e 13º proporcional, são devidas integralmente, observadas as regras legais.
 - (B) são produzidos os mesmos efeitos da dispensa sem justa causa, inclusive com pagamento integral da multa do FGTS e direito automático ao seguro-desemprego.
 - (C) a validade do acordado depende de homologação judicial prévia.
 - (D) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é devido integralmente, salvo para os empregados com mais de cinco anos de contrato, e as demais verbas são devidas integralmente.
 - (E) Ruzene perde o direito às férias proporcionais, ao 13º salário proporcional e ao saque do FGTS.

Direito Processual do Trabalho

48. Em reclamação trabalhista, a reclamante alegou dispensa discriminatória e requereu reintegração. Na audiência de instrução, sua testemunha principal compareceu espontaneamente, mas o juiz indeferiu sua oitiva ao fundamento de que a matéria já estava suficientemente esclarecida pelos documentos. O advogado da reclamante nada registrou em ata e não formulou protesto.
- Na sentença, o juiz julgou improcedentes os pedidos por ausência de prova da conduta discriminatória. Em recurso ordinário, a reclamante arguiu nulidade por cerceamento de defesa, sustentando que a prova testemunhal era essencial.
- Considerando o regime das nulidades no processo do trabalho, a nulidade
- (A) poderia ser reconhecida somente se demonstrado prejuízo processual e se a parte tivesse arguido oportunamente o vício, sob pena de preclusão.
 - (B) deve ser rejeitada porque o juiz possui poder absoluto para indeferir qualquer prova, sem necessidade de fundamentação.
 - (C) deve ser acolhida automaticamente, pois todo indeferimento de testemunha gera cerceamento de defesa.
 - (D) não pode ser reconhecida, pois a prova testemunhal é inadmissível em ações que envolvam dispensa discriminatória.
 - (E) pode ser alegada pela primeira vez em recurso ordinário, independentemente da oportunidade anterior, sendo irrelevante a ausência de protesto em ata.
49. Em execução definitiva de sentença trabalhista, a empresa executada foi citada para pagamento. Sem quitar a dívida, apresentou seguro-garantia judicial em valor correspondente ao débito atualizado, acrescido do percentual legal exigido, e opôs embargos à execução. Paralelamente, o exequente pediu a inclusão imediata dos sócios no polo passivo, sem instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), alegando que a execução trabalhista deve ser rápida e efetiva.
- O juiz recebeu os embargos à execução e determinou a instauração do IDPJ antes de examinar a responsabilidade patrimonial dos sócios.
- Com base na execução trabalhista e nas alterações da Reforma Trabalhista,
- (A) os embargos à execução podem ser opostos independentemente de garantia do juízo, pois a execução trabalhista segue integralmente o regime do processo civil comum.
 - (B) é possível a garantia por seguro-garantia judicial, desde que observados os requisitos legais, e a responsabilidade patrimonial dos sócios depende da instauração do IDPJ.
 - (C) os embargos não deveriam ter sido recebidos, pois somente dinheiro em espécie ou depósito judicial permitem a garantia do juízo na execução trabalhista.
 - (D) não haveria que se instaurar IDPJ, pois a inclusão dos sócios na execução trabalhista é sempre automática e dispensa contraditório prévio.
 - (E) o IDPJ é incompatível com o processo do trabalho.
50. Aneliece foi admitida pelo Município Alfa em 2008, mediante concurso público, para exercer a função de agente administrativo, sob o regime da CLT. Em 2021, uma lei municipal alterou o regime jurídico dos servidores municipais, passando Aneliece ao regime estatutário. Em 2025, Aneliece ajuizou reclamação trabalhista contra o Município Alfa perante a Justiça do Trabalho, pedindo o pagamento de horas extras, reflexos e diferenças de FGTS exclusivamente referentes ao período de 2008 a 2021, quando seu vínculo era regido pela CLT.
- O Município arguiu incompetência material da Justiça do Trabalho, sustentando que, como Aneliece passou a ser servidora estatutária, toda controvérsia deveria ser julgada pela Justiça Comum.
- Considerando a jurisprudência do STF em repercussão geral, a Justiça
- (A) Comum é competente para as diferenças de FGTS, mas a Justiça do Trabalho é competente para as horas extras.
 - (B) do Trabalho é incompetente porque o empregador é Município, integrante da Administração Pública direta.
 - (C) Comum é competente, pois a mudança posterior para o regime estatutário desloca para ela toda e qualquer discussão envolvendo o vínculo entre Aneliece e o Município.
 - (D) do Trabalho é competente, pois os pedidos se referem a verbas trabalhistas do período em que Aneliece mantinha vínculo celetista com a Administração Pública.
 - (E) do Trabalho seria competente apenas se Aneliece ainda estivesse sob o regime da CLT no momento do ajuizamento da ação.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11 [...] 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir ao tema proposto. Em caso de fuga completa ao tema proposto, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. b) fugir à modalidade de texto solicitada. Em caso de fuga completa ao gênero/tipo de texto solicitado, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou em outra língua que não a língua portuguesa; d) apresentar formas propositais e explícitas de anulação, como impropérios e trechos jocosos, ou predominância de rasura; e) for assinada fora do local apropriado; f) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato. g) estiver em branco; h) apresentar predominantemente letra ilegível e/ou incompreensível; i) apresentar até 7 (sete) linhas escritas; j) apresentar texto idêntico ao produzido por outro candidato ou no qual se identifique cópia (em todo ou em parte) de modelos de textos prontos disponíveis para consulta em fontes de acesso público. k) apresentar texto idêntico (em todo ou em parte) ao produzido pelo mesmo candidato, ainda que em cargos diferentes; l) não atender aos requisitos definidos na grade de correção de critérios pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9.1 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Redação. 11.10 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova-Discursiva-Redação. 11.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 11.11.1 Considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis).

TEXTO I

Uma espécie de animal ou planta exótica é levada até um território novo, de onde ela não é natural. Nesse território ela não tem predadores e encontra alimento com facilidade. Então, essa espécie se instala e prolifera rapidamente. Nos casos mais graves, ela causa danos econômicos, modifica o ambiente e compete com as espécies nativas, que podem até ser extintas. Esse é um cenário de invasão biológica, ou bioinvasão, apontada como a segunda maior causa de perda de biodiversidade no mundo, atrás apenas do desmatamento.

Espécies exóticas são todas aquelas que não são originárias de determinado ambiente. Elas são transportadas de maneira intencional para fins como agropecuária e ornamentação, ou de maneira acidental.

Nem toda espécie exótica é invasora. Muitas delas até são transportadas, mas por incompatibilidades biológicas e ambientais não conseguem se estabelecer. Quando a espécie se adapta ao novo território e passa a representar riscos ao ecossistema nativo, então ela pode ser caracterizada como invasora.

(Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Adaptado)

TEXTO II

No Brasil, o primeiro diagnóstico sobre espécies exóticas invasoras realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2005, revelou 543 espécies exóticas invasoras, incluindo espécies que afetam o meio ambiente (marinho, águas continentais e terrestre), a saúde e os sistemas produtivos (agricultura, pecuária e silvicultura). Entre as espécies registradas, destacam-se o coral-sol, nos ambientes marinhos, o mexilhão-dourado, nas águas continentais, e o javali, nos ambientes terrestres. Animais domésticos como cães e gatos são também considerados espécies exóticas invasoras quando predam ou competem com a fauna nativa em áreas naturais.

(Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>)

Considerando as ideias presentes nos **Textos I** e **II**, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se sobre o tema:

Os desafios da invasão biológica no Brasil.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO